

38
P

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

CONFERIDO

PLANO DE TRABALHO 2024

SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SAICA) – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. DADOS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)

Razão Social: LAR DO MENOR DE MAUÁ SOL DA ESPERANÇA
CNPJ: 50.133.354/0001-82 **Data de Inscrição:** 16/05/1983
Endereço: Rua Cesário Parmegiani, 100 – Jardim Santa Lídia.
Cidade: Mauá **Estado:** São Paulo **CEP:** 9311-010
Telefone(s): (11) 45145548
E-mail(s): soldaesperanca36@gmail.com **Site:** www.larsoldaesperanca.org.br
Horários de Funcionamento: Ininterrupto (24 horas)

1.1 CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA

CNPJ: 50.133.354/0001-82 **Data de Inscrição:** 16/05/1983
Atividade Econômica Principal:
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais
Atividades Econômicas Secundárias:
87.30-1-01 - Orfanatos
87.30-1-02 - Albergues Assistenciais

1.2 FINALIDADE ESTATUTÁRIA COMPATÍVEL COM OBJETO DA PARCERIA

Artigo 2º - O Lar do Menor de Mauá Sol da Esperança tem por finalidade:

- a) Promoção da assistência material, moral, educacional, médica e odontológica, as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, sem qualquer distinção.
- b) Zelar pelo alojamento das crianças, encaminhadas pelo Conselho Tutelar e Vara da Infância e Juventude da Cidade de Mauá, à entidade, instalando abrigos e dependências para acomodar condignamente todos os recebidos;
- c) Atuar na área da assistência social, conforme Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742 de 07.12.1993;
- d) Promover projetos educacionais visando às crianças e adolescentes internos;
- e) Estimular ações voltadas à defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo Único – Os serviços prestados pelo LAMEM serão de forma inteiramente gratuita. Tendo inscrição como entidade assistencial a criança em situação de vulnerabilidade social, junto aos órgãos municipais, estaduais e/ou federais.

39
4

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

1.3 INSCRIÇÕES E REGISTROS NOS CONSELHOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO

Nº Inscrição no CMAS: 002/2012 **Validade:** Indeterminada com Manutenção Anual
Tipo de Inscrição: (x) Entidade de Assistência Social () Serviço Socioassistencial
Nº Registro no CMDCA: 107 **Validade:** 29/09/2023 (já foi solicitada renovação)

1.4 CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CEBAS: 71000.011380/2018-93 **Validade:** 27/02/2024

1.5 PRESIDENTE OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome: Aquiles José Martins
RG: 5059610 **CPF:** 266.183.708-68
Formação: Economista **Profissão:** Aposentado
Endereço: Rua Sabóia, 380
Cidade: Ribeirão Pires **Estado:** São Paulo **CEP:** 09416-080
Telefone Residencial: (11) 994896734 **E-mail:** soldaesperanca36@gmail.com
Vigência do Mandato da Diretoria Atual: 25/03/2023 a 25/03/2024

1.6 CONTA-CORRENTE ESPECÍFICA DA PARCERIA

BANCO DO BRASIL
Agência: 681-5 **Conta-Corrente:** 94501-3

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Modalidade de Parceria: Termo de Colaboração
Objeto: Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes (SAICA)
Unidade de Referência da Proteção Social Especial: CREAS Matriz e CREAS Vila Bocaina
Usuários: Crianças e Adolescentes, de 0 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, inclusive com deficiência quando houver demanda, afastados do convívio familiar mediante medida protetiva de acolhimento institucional
Capacidade de Atendimento: 2 UNIDADES cada uma com capacidade para até 20 crianças e adolescentes (considerando a redução de novas entradas quando houver usuário com demanda específica, conforme estabelecido pelas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2º Edição, p.70)
Vigência da Parceria: Janeiro a Dezembro/ 2024.
Valor Global Anual para Execução do Objeto: R\$ 2.200.167,64

40
70

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

3. UNIDADE EXECUTORA DO SERVIÇO

Razão Social: LAR DO MENOR DE MAUÁ SOL DA ESPERANÇA

CNPJ: 50.133.354/0001-82

Data de Inscrição: 16/05/1983

Endereço: Rua Cesário Parmegiani, 100 – Jardim Santa Lídia

Cidade: Mauá

Estado: São Paulo **CEP:** 09311-010

Telefone(s): (11) 45145548

E-mail(s): soldaesperanca36@gmail.com **Site:** www.larsoldaesperanca.org.br

Horários de Funcionamento: Ininterrupto (24 horas)

4. TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO

Nome: Ruth Willna Ferreira de Lemos

Formação: Psicóloga

Nº do Registro do Conselho Profissional: CRP 06/101155

RG/Órgão Emissor: 56.802.022-4/SSP-SP **CPF:** 046.810.344-95

Endereço: Avenida Conde Francisco Matarazzo , 534 ap 45

Cidade: São Caetano do Sul

Estado: SP

CEP: 09520120

Telefone(s) para contato (11) 987078998

Email: soldaesperanca36@gmail.com

Carga horária: 30h

Dias e Horários: segunda a sexta das 10h às 16h

5. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

a) Descrição Geral:

Serviço de acolhimento destinado às crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço garante privacidade, respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

O atendimento prestado é personalizado e em pequenos grupos e favorece o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência são construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis.

Funcionam em unidades inseridas na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações são organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades das crianças e adolescentes acolhidos, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

b) Descrição Específica:

Acolhimento excepcional e provisório para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis se encontrem temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

O serviço integra a rede de serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial, atuando em estreita articulação com o CREAS – Centro de Referência de Especializado e Assistência Social e com os CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. Funciona de forma articulada com os demais serviços da rede socioassistencial local e demais políticas setoriais, visando a complementaridade e efetividade das ações.

As unidades de atendimento oferecem ambiente acolhedor, estão inseridas na comunidade e têm aspecto semelhante ao de uma residência, sem distanciar-se excessivamente do ponto de vista geográfico e socioeconômico da comunidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos. O atendimento prestado é personalizado, em pequenos grupos e favorece o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. Nessas unidades, os cuidadores/educadores trabalham em turnos fixos diários, a fim de garantir estabilidade no contato com as crianças e adolescentes.

Crianças e adolescentes com vínculos de parentesco não são separadas ao serem encaminhadas para o serviço de acolhimento, salvo se isso for contrário ao seu desejo ou interesse, ou se houver claro risco de violência.

Em todas as modalidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, o processo de acompanhamento, bem como de desligamento é construído pela equipe técnica a partir de estudo diagnóstico e do Plano Individual de Atendimento (PIA), conforme Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Após o desligamento do serviço, é realizado o acompanhamento pela equipe técnica de forma efetiva pelo período mínimo de 06 (seis) meses, de acordo com as demandas apresentadas. São asseguradas visitas domiciliares durante todo o processo de acompanhamento, desligamento e pós-desligamento do usuário.

O serviço é organizado em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990) e as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 01, de 18 de junho de 2009), respeitando-se os seguintes princípios norteadores do serviço:

Excepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar: Todos os esforços são empreendidos no sentido de manter o convívio com a família (nuclear ou extensa, em seus diversos arranjos), a fim de garantir que o afastamento da criança ou do adolescente do contexto familiar seja uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

à sua integridade física e/ou psíquica. Para que este princípio possa ser aplicado, o serviço, ao acolher uma criança ou adolescente sob medida de proteção, encaminhada por ordem judicial e excepcionalmente por requisição do Conselho Tutelar, empenha esforços na identificação da situação familiar e investe no fortalecimento, emancipação e a inclusão social das famílias, por meio do acesso às políticas públicas e às ações comunitárias, assegurando à família, à criança ou ao adolescente, um ambiente seguro de convivência.

Provisoriedade do Afastamento do Convívio Familiar: Para a aplicação deste princípio o serviço empreende esforços para viabilizar, no menor tempo possível, o retorno seguro ao convívio familiar, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (adoção, guarda e tutela), conforme Capítulo III, Seção III do ECA. Todos os esforços são empreendidos para que, em um período inferior a dois anos, seja viabilizada a reintegração familiar – para família nuclear ou extensa, em seus diversos arranjos – ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. A permanência de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento, por período superior a dois anos, tem caráter extremamente excepcional, e está fundamentada em uma avaliação criteriosa acerca de sua necessidade pelos diversos órgãos que acompanham o caso. Diante de extrema dificuldade em garantir o direito à convivência familiar, como, por exemplo, nas situações de encaminhamento para adoção de crianças ou adolescentes com perfil de difícil colocação em família substituta, faz-se, especialmente, o esforço conjunto dos atores envolvidos no sentido de buscar o fortalecimento da autonomia e das redes sociais de apoio das crianças e adolescentes e persevera-se no desenvolvimento de estratégias para a busca ativa de famílias para seu acolhimento.

Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários: Todos os esforços são empreendidos para preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários das crianças e dos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento. Dessa forma, as ações cotidianas do nosso serviço estão articuladas para a garantia deste direito – as visitas e encontros com as famílias e com as pessoas de referência da comunidade da criança e do adolescente são garantidas por meio do acesso, por transporte público ou privado e horários de visitas, estabelecidos de forma flexível, destes familiares e pessoas de referência ao local da instituição ou das crianças e dos adolescentes à residência familiar e comunidade. O transporte público ou privado é garantido pela Organização da Sociedade Civil para o acesso de crianças e adolescentes a atividades recreativas, culturais e sociais, bem como em atividades que favoreçam a interação com crianças e adolescentes dos contextos nos quais frequentam, como a escola e a comunidade. Crianças e adolescentes com vínculos de parentesco, não são separadas ao serem encaminhadas para serviço de acolhimento, salvo se isso for contrário ao seu desejo ou interesse, ou se houver claro risco de violência.

Garantia do Acesso e Respeito à Diversidade: A organização dos serviços garante proteção e defesa a toda a criança e adolescente que precise de acolhimento combatendo-se quaisquer formas de discriminação aos atendidos e às famílias de origem, baseadas em condição socioeconômica, arranjo familiar, etnia, religião, gênero, orientação sexual, ou, ainda, por serem pessoas com necessidades especiais em decorrência de deficiência física ou mental, que vivam com HIV/AIDS ou outras necessidades específicas de saúde. O Projeto

43
ep

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

Político Pedagógico do serviço prevê estratégias diferenciadas para o atendimento a demandas específicas, mediante acompanhamento de profissional especializado. Em atenção ao princípio da não-discriminação, os serviços de acolhimento devem buscar o crescente aprimoramento de estratégias voltadas à preservação da diversidade cultural, oportunizando acesso e valorização das raízes e cultura de origem das crianças e dos adolescentes atendidos, bem como de suas famílias e comunidades de origem.

Oferta de Atendimento Personalizado e Individualizado: O serviço presta cuidados de qualidade, condizentes com os direitos e as necessidades físicas, psicológicas e sociais da criança e do adolescente enquanto o acolhimento for necessário e monitora pelo período mínimo de seis meses, a reinserção familiar. Para tanto, os atendimentos são oferecidos para um pequeno grupo e garantidos espaços privados, objetos pessoais e registros, inclusive fotográficos, sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente. O trabalho é organizado de forma a dar condições que favoreçam a formação da identidade da criança e do adolescente, respeitando à sua individualidade e sua história. O planejamento do atendimento no serviço possibilita, portanto, espaços que preservam a intimidade e a privacidade, inclusive, o uso de objetos que possibilitam à criança e ao adolescente diferenciar “o meu, o seu e o nosso”.

Garantia de Liberdade de Crença e Religião: Os antecedentes religiosos de crianças e adolescentes são respeitados e nenhuma criança ou adolescente é incentivado ou persuadido a mudar sua orientação religiosa enquanto está sob cuidados em serviço de acolhimento. O serviço de acolhimento propicia, ainda, que a criança e o adolescente possam satisfazer suas necessidades de vida religiosa e espiritual. Nesse sentido, é viabilizado o acesso às atividades de sua religião, bem como o direito de não participar de atos religiosos e recusar instrução ou orientação religiosa que não lhe seja significativa.

Respeito à Autonomia da Criança e do Adolescente: As crianças e adolescentes participam das decisões a seu respeito e são consideradas as opiniões das mesmas. O direito à escuta é viabilizado por meio de métodos condizentes com seu grau de desenvolvimento e é garantido nas diversas decisões que possam repercutir sobre seu desenvolvimento e trajetória de vida, envolvendo desde a identificação de seu interesse pela participação em atividades na comunidade, até mudanças relativas à sua situação familiar ou desligamento do serviço de acolhimento. A organização do ambiente de acolhimento também proporciona o fortalecimento gradativo da autonomia, de modo condizente com o processo de desenvolvimento e a aquisição de habilidades nas diferentes faixas etárias. O desenvolvimento da autonomia nos serviços de acolhimento não é confundido, todavia, com falta de autoridade e limites. Crianças e adolescentes tem a oportunidade de participar da organização do cotidiano do serviço de acolhimento, por meio do desenvolvimento de atividades como, por exemplo, a organização dos espaços de moradia, programação das atividades recreativas, culturais e sociais. O desenvolvimento da autonomia fortalece a elaboração de projetos de vida individuais e o desenvolvimento saudável, inclusive após o desligamento e a entrada na vida adulta.

44
P

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

Estudo Diagnóstico: O estudo diagnóstico subsidia a decisão acerca do afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, sendo realizado previamente pelos órgãos competentes, salvo em situações de caráter emergencial e/ou de urgência. O serviço requisita tal estudo, bem como realiza o próprio estudo complementando e enriquecendo as informações iniciais.

O estudo diagnóstico inclui uma criteriosa avaliação dos riscos a que estão submetidos à criança ou o adolescente e as condições da família para superação das violações de direitos observadas e o provimento de proteção e cuidados. Com a devida fundamentação teórica, o estudo leva em conta a proteção e a segurança imediata da criança e do adolescente, bem como seu cuidado e desenvolvimento em longo prazo. O diagnóstico entre outras coisas identifica a composição familiar, história e dinâmica de relacionamento entre seus membros; valores e crenças da família; demandas e estratégias desenvolvidas para o enfrentamento de situações adversas; e situações de vulnerabilidade e risco às quais estão expostos os integrantes do grupo familiar, contexto socioeconômico e cultural no qual a família está inserida, mapeamento dos vínculos significativos na família extensa e análise da rede social de apoio da criança ou adolescente e de sua família, condições de acesso da família a serviços, programas e projetos das diversas políticas públicas que possam responder às suas necessidades; situações de vulnerabilidade e risco vivenciadas pela família que repercutam sobre sua capacidade de prover cuidados; situação atual da criança ou adolescente e de sua família, inclusive motivação, potencial e dificuldades da família para exercer seu papel de cuidado e proteção; história familiar e se há padrões transgeracionais de relacionamento com violação de direitos; situações atuais e pregressas de violência intra-familiar contra a criança e o adolescente, gravidade e postura de cada membro da família em relação à mesma; se há consciência da inadequação e das consequências negativas da violência intra-familiar para a criança e o adolescente e se há movimento em direção à mudança e à construção de novas possibilidades de relacionamento; análise da intensidade e qualidade dos vínculos entre os membros da família percepção da criança ou adolescente em relação ao afastamento do convívio familiar possibilidade de intervenção profissional e encaminhamentos que visem à superação da situação de violação de direitos, sem a necessidade de afastamento da criança e do adolescente da família; nos casos de violência intra-familiar, se há possibilidade de afastamento do agressor da moradia comum para a manutenção da criança ou adolescente na moradia em condições de proteção e segurança.

O processo de avaliação diagnóstica inclui uma escuta qualificada de todos os envolvidos: integrantes da família, inclusive a criança e o adolescente, pessoas da comunidade com vínculos significativos com a família, a criança e o adolescente e os profissionais que estejam prestando-lhes atendimento, dentre outros.

Plano de Atendimento Individual (PIA): Assim que a criança ou adolescente chega ao serviço de acolhimento, a equipe técnica do serviço elabora um Plano de Atendimento Individual e Familiar, no qual constam objetivos, estratégias e ações a serem desenvolvidos tendo em vista a superação dos motivos que levaram ao afastamento do convívio e o atendimento das necessidades específicas de cada situação. Tal Plano parte das situações identificadas no estudo diagnóstico inicial que embasou o afastamento do convívio familiar. Conforme o Art. 93 do ECA, a Vara da Infância e Juventude é comunicada no prazo de 24

45
p

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

horas. Em caso de final de semana, no 1º dia útil imediato ao acolhimento. A situação de todas as crianças e adolescentes já acolhidos também é revista, de modo a garantir que todos estejam em acompanhamento.

O Plano de Atendimento orienta as intervenções a serem desenvolvidas para o acompanhamento de cada caso, contemplando, dentre outras, estratégias para: desenvolvimento saudável da criança e do adolescente durante o período de acolhimento: encaminhamentos necessários para serviços da rede (saúde, educação, assistência social, esporte, cultura e outros); atividades para o desenvolvimento da autonomia; acompanhamento da situação escolar; preservação e fortalecimento da convivência comunitária e das redes sociais de apoio; construção de projetos de vida; relacionamentos e interação no serviço de acolhimento com educadores, demais profissionais e colegas; preparação para ingresso no mundo do trabalho; investimento nas possibilidades de reintegração familiar: fortalecimento dos vínculos familiares e das redes sociais de apoio; acompanhamento da família, em parceria com a rede, visando à superação dos motivos que levaram ao acolhimento; potencialização de sua capacidade para o desempenho do papel de cuidado e proteção; gradativa participação nas atividades que envolvam a criança e o adolescente. Quando esgotadas as possibilidades de retorno ao convívio familiar a criança ou adolescente, o serviço articula-se com o Poder Judiciário e o Ministério Público para viabilizar, o cadastramento para adoção. Os Planos de Atendimento Individual e Familiar são encaminhados para conhecimento do Sistema de Justiça, com periodicidade trimestral.

Acompanhamento da Família de Origem: O serviço dá início ao acompanhamento da situação familiar imediatamente após a chegada da criança ou adolescente, para que a equipe técnica possa, no menor tempo possível, fazer sua análise quanto a real necessidade do acolhimento, e quais as perspectivas de reinserção familiar. Caso conclua que a manutenção do afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar não é necessária, a equipe técnica responsável viabiliza a reintegração.

A família também é informada do seu direito a questionar o afastamento e requerer, junto à Justiça, por intermédio de advogado nomeado ou Defensor Público, a reintegração da criança ou adolescente, buscando soluções que contribuam para assegurar a excepcionalidade e a provisoriedade do acolhimento. A intervenção técnica na etapa inicial do acompanhamento proporciona, de modo construtivo, a conscientização por parte da família de origem dos motivos que levaram ao afastamento da criança e/ou do adolescente e das consequências que podem advir do fato. Esta conscientização é fundamental para que as próximas etapas possam ser planejadas, com acordos firmados entre serviço e família, com vistas ao desenvolvimento de ações pró-ativas que contribuam para a superação de situações adversas ou padrões violadores que possam ter levado ao afastamento.

A equipe técnica do serviço de acolhimento acompanha o trabalho desenvolvido com a família na rede local, mantendo-a informada, inclusive, a respeito de possíveis decisões por parte da Justiça. São firmados acordos entre o serviço de acolhimento, a equipe de supervisão e apoio aos serviços de acolhimentos - ligada ao órgão gestor da Assistência Social - a equipe técnica do Poder Judiciário e os demais serviços da rede das diversas políticas públicas, incluindo os não-governamentais, a fim de promover a articulação das ações de acompanhamento à família, além de reuniões periódicas para discussão e acompanhamento

46
7

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

dos casos.

Durante o período de acolhimento, o serviço encaminha relatórios para a Justiça da Infância e da Juventude com periodicidade mínima trimestral, quando reavalia o Plano Individualizado de Atendimento (PIA) de modo a subsidiar o acompanhamento da situação jurídico-familiar de cada criança/adolescente a avaliação por parte da Justiça da possibilidade de reintegração familiar ou necessidade de encaminhamento para família substituta, sobretudo nos casos em que o prognóstico de permanência da criança e do adolescente no serviço de acolhimento for de mais de dois anos. O acompanhamento da família é realizado por meio de entrevista individual e familiar, estudo de caso; grupo com famílias, visitas domiciliares, orientação individual, grupal e familiar, encaminhamento e acompanhamento de integrantes da família à rede local, de acordo com demandas identificadas.

Articulação Intersetorial e Interinstitucional: O Serviço de Acolhimento integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo interface tanto com outros serviços da rede socioassistencial, como com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Sua atuação baseia-se no princípio da incompletude institucional, não devendo ofertar em seu interior atividades que sejam da competência de outros serviços. A proteção integral a que têm direito as crianças e os adolescentes acolhidos são viabilizados por meio da utilização de equipamentos comunitários e da rede de serviços local.

6. USUÁRIOS

Crianças e Adolescentes, de 0 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, inclusive com deficiência quando houver demanda, afastados do convívio familiar mediante medida protetiva de acolhimento institucional.

7. OBJETIVOS

a) Justificativa:

O nosso serviço de acolhimento para crianças e adolescentes existe há 40 anos e mantém parceria com o poder público, tendo assim, experiência considerável na área.

De acordo com a política atual, o nosso serviço integra os serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e pauta-se nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária da Política Nacional de Assistência Social, da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS e do Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças, entre outros documentos. Destacamos que a instituição desenvolve seu projeto a partir de documentos oficiais que garantem os direitos fundamentais das crianças e adolescentes e que regem os serviços de acolhimentos institucionais no Brasil.

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

Considerando a demanda do município de Mauá, justifica-se a realização deste serviço destinado ao acolhimento institucional, em caráter temporário e excepcional, uma vez que atendemos crianças e adolescentes desta cidade que se encontram em situação de vulnerabilidade e que estão privados da convivência familiar.

Ressaltamos que a partir da concretização de direitos e da construção de um processo educativo, este serviço trabalha em prol da melhoria de vida desta população, favorecendo o desenvolvimento pessoal e social, oferecendo cuidado integral para as crianças e os adolescentes acolhidos, tendo em vista o resgate da cidadania e a conquista da autonomia destes, bem como o retorno ao convívio familiar, sempre que possível.

Com base no Artigo 92, parágrafo I, "preservação dos vínculos familiares" e do Artigo 94, parágrafo V, "diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares", trabalhamos junto às famílias buscando oferecer um espaço para a reflexão e discussão das questões relacionadas ao rompimento dos vínculos, bem como o motivo do afastamento temporário da criança/adolescente do ambiente familiar.

Ainda, o serviço visa oportunizar condições para o resgate e/ou fortalecimento dos vínculos afetivos, possibilitando através de esforços com os demais atores sociais da rede de proteção da criança e do adolescente, prepará-los para os cuidados e responsabilidades para com os filhos, quando há possibilidade de reintegração familiar.

Por fim, nosso trabalho visa também, através de orientações, rodas de conversas, atribuição de atividades nas rotinas e outras ações, desenvolver com os adolescentes condições para independência de autocuidado.

b) Objetivos Gerais:

- Acolher e garantir proteção integral à criança e adolescente em situação de risco pessoal e social e de abandono;
- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;
- Restabelecer vínculos familiares, salvo determinação judicial em contrário;
- Possibilitar a convivência comunitária;
- Promover acesso à rede socioassistencial; aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; aos programas de transferência de renda; aos serviços e ações de Proteção Social Básica, operacionalizados através dos CRAS; aos serviços e ações de Proteção Social Especial, operacionalizados através do CREAS; aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; e às demais políticas públicas, para garantir o desenvolvimento integral da criança, adolescente e de sua família;
- Favorecer o surgimento e desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
- Promover o acesso a ensino regular e/ou profissionalizante, assim como, a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internos e externos, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades da criança e ou

h
m
p

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

adolescente;

C) Objetivos Específicos/Metas:

Objetivos Específicos	Metodologia/ Estratégias: Atividades/ Ações	Resultados Esperados/ Indicadores		Meios de Verificação/ Instrumentais	Profissionais da Equipe de Referência responsáveis pelas ações
		Quantitativos	Qualitativos		
1. Oferecer cuidado integral às crianças e adolescentes acolhidos	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir aos acolhidos espaços de moradia; -Garantir alimentação diária necessária; - Matricular nas escolas públicas os acolhidos em idade escolar; - Promover acesso à saúde na rede pública e, quando possível e necessário, na rede particular na busca de consultas, exames clínicos e outros; -Realizar passeios culturais, atividades esportivas e de lazer dentro do município e, quando possível, fora dele; 	<ul style="list-style-type: none"> -100% de acolhidos residindo temporariamente em nosso serviço; - 100% dos acolhidos com acesso à alimentação de qualidade; - 100% de acolhidos em idade escolar matriculados nas escolas públicas - 100% das necessidades de saúde (consultas com especialistas, exames, internações, etc.) dos acolhidos supridas através do acesso à Rede pública de Saúde e/ou particular; - 100% dos acolhidos inseridos nos programas de cultura, lazer e esportes disponíveis no município e compatíveis às suas idades; 	<ul style="list-style-type: none"> -Diminuição de problemáticas ligadas a déficit na aprendizagem escolar; - Diminuição de problemáticas de saúde que estejam ligadas à negligência vivida pelos acolhidos; - Ampliação do repertório cultural dos acolhidos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Frequência dos acolhidos em atividades de cultura, esporte e lazer. - Frequência escolar dos acolhidos e observação do desempenho escolar, por meio das notas e contato com a escola; - Frequência dos acolhidos em UBSs, CAPSi, NAVIS, Centros de Referências, Hospital Nardini, entre outros. - Registros Fotográficos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe técnica do Serviço de Acolhimento; - Profissionais da Rede de Educação; -Profissionais da Rede de Saúde; -Profissionais da Rede Socioassistencial -Profissionais da Rede de Esporte, Cultura e Lazer.
2. Preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas e orientações com os familiares; - Visitas Domiciliares; - Visitas dos familiares aos acolhidos; - Visita dos acolhidos aos familiares; - Eventos com familiares em quatro festividades anuais e cafés da tarde mensais; 	<ul style="list-style-type: none"> - 100% de entrevistas e orientações realizadas; - 100% de visitas domiciliares realizadas; - Aumento das visitas dos familiares e vice-versa; - Aumento do nº de participação de familiares nos eventos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior afetividade e confiança entre o acolhido e a família; -Interesse do acolhido em receber e realizar visita aos familiares e vice-versa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Frequência das visitas dos familiares aos acolhidos e dos acolhidos aos familiares; - Frequência do acompanhamento dos familiares na rotina do acolhido; -Frequência dos familiares nos eventos. - Registros Fotográficos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe Técnica do serviço de acolhimento;

49
P

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

<p>3. Fortalecer a família para o processo de reintegração</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo de orientação com os pais; - Palestras educativas; -Encaminhamento para os Serviços Públicos diversos que proporcionem programas socioassistenciais, de habitação, de emprego, de educação e/ou de saúde; -Emissão de relatórios que apontem a evolução dos casos para a Vara da Infância e Juventude; 	<ul style="list-style-type: none"> - 100% de participação dos familiares em grupos de orientação e palestras; -100% das famílias encaminhadas para as diversas áreas da rede de serviços do Município de Mauá; - 100% dos ofícios encaminhados para a Vara da Infância e Juventude para acrescer ao processo; - Registros Fotográficos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhor auto-estima dos familiares; -Melhor visão crítica dos familiares; - Melhor compreensão das situações vividas e percepção das possibilidades de superação; - Possibilidades de reintegração familiar; 	<ul style="list-style-type: none"> - Inserção dos familiares nos programas socioassistenciais disponíveis; - Participação dos familiares nos programas de Saúde e Educação; -Inclusão dos familiares nos programas de habitação e emprego disponíveis; - Número de reintegrações realizadas pela Vara da Infância e Juventude; 	<ul style="list-style-type: none"> -Equipe Técnica do serviço de acolhimento; - Equipe Técnica do Fórum; - Profissionais da Rede de Assistência Social; -Profissionais da Rede de Saúde.
<p>4.Desenvolver com os adolescentes condições para a independência e o autocuidado</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Orientações individuais aos adolescentes; -Roda de conversa com os adolescentes sobre questões práticas da vida: família, emprego, escola, etc.; - Atribuição de responsabilidades na rotina diária do serviço; -Encaminhamento dos adolescentes para programas de capacitação disponíveis e programas socioassistenciais; -Encaminhamento dos adolescentes para cursos Profissionalizantes; 	<ul style="list-style-type: none"> - 100% de colocação dos adolescentes em cursos profissionalizantes; - 100% de orientações realizadas aos adolescentes; - 100% de independência financeira na saída após os 18 anos; - 100% de adolescentes matriculados nas escolas públicas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhor auto-estima dos adolescentes; - Melhor entendimento da situação vivida e de como enfrentar as dificuldades; - Percepção do adolescente quanto às possibilidades e responsabilidades; - Desenvolvimento da autonomia e tomada de decisão independente dos adolescentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de adolescentes inseridos em cursos profissionalizantes ; - Colocação no mercado de trabalho; -Frequência e bom desempenho escolar dos adolescentes; 	<ul style="list-style-type: none"> -Equipe Técnica do serviço de acolhimento; -Profissionais da Rede de Assistência Social; -Profissionais da Rede de Saúde; -Profissionais da Rede Privada; -Profissionais da Rede de Educação;

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

ATIVIDADES / AÇÕES / EVENTOS / ETAPAS	EXECUÇÃO (Janeiro a Dezembro)											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Evento de Confraternização com os familiares com almoço e atividades de lazer: Dia do Cuidador					X							
Evento de Confraternização com os familiares com almoço e atividades de lazer: Festa Julhina							X					
Evento de Confraternização com os familiares com almoço e atividades de lazer: Dia das Crianças										X		
Evento de Confraternização com os familiares com almoço e atividades de lazer: Festa de Natal												X
Evento para levantar recursos financeiros: Bazar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Evento para levantar recursos financeiros: Almoço Temático			X									
Evento para levantar recursos financeiros: Feijoada Beneficente						X						
Evento para levantar recursos financeiros: Almoço a Mineira									X			
Evento para levantar recursos financeiros: Rifa de eletrodomésticos e outros											X	
Audiências Concentradas promovidas pela Vara da Infância e Juventude de Mauá, realizadas em nosso serviço.					X						X	
ATIVIDADES DA ROTINA DIÁRIA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ENCAMINHAMENTO PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS E CURSOS DIVERSOS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ATIVIDADES LÚDICO-PEDAGÓGICAS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ATIVIDADES DE APOIO E ACOMPANHAMENTO ESCOLAR	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ATIVIDADES DE LAZER E RECREAÇÃO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
GRUPO DE ESCUTA E CONVIVÊNCIA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
PASSEIOS CULTURAIS E/OU DE LAZER	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ENCAMINHAMENTO DOS ACOLHIDOS PARA MÉDICOS, ESPECIALISTAS E ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS, ODONTOLÓGICOS, ENTRE OUTROS.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
PREPARAÇÃO GRADATIVA PARA O DESLIGAMENTO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ACOLHIMENTO, ENCAMINHAMENTO E ORIENTAÇÕES REALIZADAS COM AS FAMÍLIAS DOS ACOLHIDOS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
VISITAS DOMICILIARES ÀS FAMÍLIAS DOS ACOLHIDOS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ACOMPANHAMENTO DAS VISITAS DOS FAMILIARES AOS ACOLHIDOS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
DESENVOLVIMENTO DAS RESPONSABILIDADES DOS FAMILIARES	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ACOMPANHAMENTO DA FAMÍLIA PÓS-REINTEGRAÇÃO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
EMISSÃO DO PIA E RELATÓRIOS PARA A VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ORIENTAÇÃO AOS EDUCADORES	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
TREINAMENTO TÉCNICO, CAPACITAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E CONSULTORIAS DIVERSAS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
TRANSPORTE DIÁRIO DOS ACOLHIDOS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
REFEIÇÕES DIÁRIAS SERVIDAS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

51
7

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

8.1 QUADRO DESCRITIVO DAS ATIVIDADES

ATIVIDADES	CONTEÚDO RESUMIDO	DIAS DA SEMANA	HORÁRIOS
ATIVIDADES DA ROTINA DIÁRIA	Envolvimento da criança e/ou do adolescente em tarefas diárias, monitorado pelos funcionários, compatíveis com sua idade, que permitam o desenvolvimento de responsabilidades com o coletivo e conservação do ambiente e materiais dos mesmos. Ainda, na busca pela autonomia e individualização, incentivá-los a manter diariamente organizados pertences individuais, garantindo mobília individualizada (cama, guarda-roupa, colchão, roupas e utensílios pessoais – de higiene pessoal – etc).	Todos os dias	8h às 20h
ENCAMINHAMENTO PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS E CURSOS DIVERSOS	As crianças serão encaminhadas para atividades ofertadas pelos serviços do município, como aulas de Dança, Escola de Futebol, Informática, Natação e cursos profissionalizantes, entre outros, com o objetivo de ampliar o repertório cultural, promover acesso ao esporte e garantir o desenvolvimento da autonomia destes.	A definir	A definir
ATIVIDADES LÚDICO-PEDAGÓGICAS	As atividades terão como objetivo suprir as necessidades observadas dos acolhidos em diferentes disciplinas, com diversas metodologias (oficina de leitura, música, produção de desenhos, roda de história, jogos) realizadas por funcionários, voluntários e/ou estagiários e supervisionados pela equipe técnica, nos espaços do serviço ou fora dele, com a utilização de materiais diversos.	A definir	A definir
ATIVIDADES DE APOIO E ACOMPANHAMENTO ESCOLAR	As atividades serão ministradas por pedagogas, educadores, voluntários e estagiários capacitados, através de apoio para contato com os livros da biblioteca da Instituição e auxílio nas atividades escolares (realização de pesquisas escolares, através de livros, revistas, e/ou internet bem como a digitalização e/ou impressão dos trabalhos). O objetivo é promover atividades de reforço escolar e acompanhar as lições escolares. Ainda, participaremos das reuniões com as escolas a fim de acompanhar o desempenho escolar dos acolhidos.	De segunda à sexta-feira	A definir
ATIVIDADES DE LAZER E RECREAÇÃO	Os funcionários, estagiários e voluntários utilizarão espaços diversos: bibliotecas, salão, parques, entre outros, incorporando ao dia a dia das demais atividades, elaborando brincadeiras. Ainda, a comunidade organizará e participará das atividades de acordo com agendamento prévio. Tais atividades têm o objetivo de desenvolver atividades lúdicas de lazer e recreação para as crianças e adolescentes acolhidos.	A definir	A definir
GRUPO DE ESCUTA E CONVIVÊNCIA	A equipe técnica, bem como estagiários supervisionados pelos técnicos do serviço, realizará grupos de escuta e convivência com as crianças e adolescentes acolhidos, a fim de promover um espaço para o convívio dos mesmos, mediando conflitos, além do fortalecimento das potencialidades.	A definir	A definir
PASSEIOS CULTURAIS E/OU DE LAZER	Acompanhamento e promoção de atividades relacionadas a convivência social, proporcionando conhecimento e contatos com diversas realidades. Com base na tipificação, realizaremos passeios que promovam programações com atividades de lazer e/ou cultural, dentre eles: visitação a teatros, parques, circo, cinema, museus, bibliotecas, centros comunitários, instituições educativas, viagens a passeio (praias, chácaras, entre outros), bem como saídas com voluntários, padrinhos e/ou funcionários.	A definir	A definir

52
f

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

<p>ENCAMINHAMENTO DOS ACOLHIDOS PARA MÉDICOS, ESPECIALISTAS E ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS, ODONTOLÓGICOS, ENTRE OUTROS</p>	<p>Encaminhamento e acompanhamento para atendimentos clínicos, pediátricos e com especialistas, em internações, etc., sempre que necessário. Atendimento psicológico às crianças e adolescentes que apresentarem demanda, realizados pela psicóloga da UBS de referência ou outro serviço, de maneira individual ou em grupo. Todos os encaminhamentos serão realizados em CAPS/UBS/ Centro de Referência da mulher da criança e do adolescente, NAVIS, CER IV, entre outros, e caso haja necessidade e/ou oportunidade, em rede privada.</p>	<p>De segunda à sexta-feira</p>	<p>A definir</p>
<p>PREPARAÇÃO GRADATIVA PARA O DESLIGAMENTO</p>	<p>Promover o desligamento gradativo dos adolescentes através de ações que propicie o desenvolvimento de suas potencialidades e elevação da autoestima, bem como encaminhá-los para cursos de capacitação profissional que possibilite colocação no mercado de trabalho. Inserção dos adolescentes em cursos profissionalizantes oferecidos pela rede de atendimento público e privado a fim de prepará-los para a vida profissional.</p>	<p>A definir</p>	<p>A definir</p>
<p>ACOLHIMENTO, ENCAMINHAMENTO E ORIENTAÇÕES REALIZADAS COM AS FAMÍLIAS DOS ACOLHIDOS</p>	<p>Levantamento do histórico familiar, anamnese, orientações e encaminhamentos das famílias, onde a equipe técnica orientará os familiares sobre os encaminhamentos à rede Socioassistencial do município de acordo com as demandas identificadas bem como acompanhará. Em casos específicos em que à família requeira ações pontuais, as técnicas trabalharão junto a estes o desenvolvimento da autonomia acompanhando-os aos serviços de atendimento ou mesmo nas dificuldades relacionadas ao seu cotidiano com o objetivo de que tenham acesso a estes serviços.</p>	<p>A definir</p>	<p>A definir</p>
<p>VISITAS DOMICILIARES ÀS FAMÍLIAS DOS ACOLHIDOS</p>	<p>Intervenções nas dinâmicas familiares, através da realização de visitas domiciliares. A assistente social e a psicóloga verificarão os aspectos físicos da moradia e do cotidiano familiar, além de realizarem orientações às famílias e encaminhamentos à Rede Socioassistencial, de Educação e de Saúde quando necessários.</p>	<p>A definir</p>	<p>A definir</p>
<p>ACOMPANHAMENTO DAS VISITAS DOS FAMILIARES AOS ACOLHIDOS</p>	<p>Com o objetivo de realizar aproximação das famílias com os acolhidos na instituição, as visitas dos familiares serão realizadas aos sábados ou de acordo com a disponibilidade dos familiares ou necessidade prevista pela equipe técnica, em qualquer dia da semana.</p>	<p>Aos sábados ou outro dia, conforme a disponibilidade do familiar;</p>	<p>A definir</p>
<p>DESENVOLVIMENTO DAS RESPONSABILIDADES DOS FAMILIARES</p>	<p>Será solicitada a participação dos familiares em atividades diárias das crianças e dos adolescentes visando à responsabilização e o fortalecimento dos vínculos afetivos. Os familiares que realizam visitas e estão em processo de fortalecimento de vínculos poderão ser, de acordo com avaliação da equipe técnica, orientados e motivados a participarem da dinâmica do dia a dia da criança acolhida.</p>	<p>A definir</p>	<p>A definir</p>
<p>ACOMPANHAMENTO DA FAMÍLIA PÓS-REINTEGRAÇÃO</p>	<p>A equipe técnica observará a dinâmica familiar após a reintegração da criança ou adolescente ao lar de origem: comportamento, desenvolvimento e fortalecimento dos vínculos. Através de visitas domiciliares as famílias serão orientadas pelas técnicas. Buscaremos informação na Rede de Educação sobre o desempenho e frequência das crianças e adolescentes, ainda através da Rede de Saúde sobre os tratamentos realizados, bem como na Rede Assistencial em serviços como CRAS e CREAS.</p>	<p>A definir</p>	<p>A definir</p>

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

EMISSÃO DO PIA E RELATÓRIOS PARA A VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	Será emitido, em cada acolhida, um Plano Individual de Atendimento – PIA e sempre que necessário serão impressos e enviados pela equipe técnica relatórios subsequentes, referentes ao andamento dos casos dos acolhidos, a fim de adicionar ao processo dos mesmos informações que sejam consideradas importantes para o andamento da reintegração familiar ou colocação em família substituta, atualizando o PIA inicial.	De segunda-feira à sexta-feira	A definir
ORIENTAÇÃO AOS EDUCADORES	A coordenação e equipe técnica deste serviço buscará realizar orientação aos educadores quanto aos cuidados com os acolhidos, bem como as situações ocasionais vivida pelos mesmos.	A definir	A definir
TREINAMENTO TÉCNICO, CAPACITAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E CONSULTORIAS DIVERSAS	A Instituição buscará consultorias, treinamento e capacitação para gestores, equipe técnica, educadores e demais funcionários do serviço de acolhimento, gratuitos ou não, ficando sob a responsabilidade destes o compromisso de participação e multiplicação das informações assimiladas aos demais funcionários. A capacitação, treinamento /ou consultoria poderá acontecer na sede da instituição ou em órgão público ou privado, tanto na cidade de Mauá como fora do município e a metodologia fica a critério do capacitador de acordo com a necessidade vigente.	A definir	A definir
TRANSPORTE DIÁRIO DOS ACOLHIDOS	Visando a segurança e o cuidado integral, diariamente os acolhidos são transportados para atividades externas pelo carro da entidade, carro de funcionários, transporte público, carro da prefeitura ou empresa terceirizada de acordo com a quantidade de acolhidos e horário das atividades.	Todos os dias	Horários diversos
REFEIÇÕES DIÁRIAS SERVIDAS	Diariamente são servidas 6 refeições aos acolhidos no serviço: Café da manhã, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar, lanche da noite. Além disto, há confraternizações realizadas com as famílias, comemoração de aniversários e atividades aos finais de semana onde são servidos cafés da manhã e da tarde.	Todos os dias	Horários diversos

9. PROVISÕES

a) Ambiente Físico e Infraestrutura:

Imóvel: (X) Próprio () Alugado () Cedido () Outro

Terreno e Área construída: 4.500 metros

Instalações Físicas:

02 casas possuindo cada uma: 1 sala, 2 dormitórios, 2 banheiros e cozinha;

02 casas com condições de acessibilidade possuindo cada uma: 1 sala, 2 dormitórios (sendo um adaptado), 2 banheiros (sendo um adaptado) e 1 cozinha;

01 escritório com condições de acessibilidade com recepção e 6 salas (sala da coordenação e sala de reunião/ sala de RH/ sala de arquivo/ duas salas das equipes técnicas);

01 cozinha industrial;

54
X

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

- 01 refeitório com auditório e banheiros com condições de acessibilidade;
- 01 despensa;
- 01 biblioteca com condições de acessibilidade;
- 01 lavanderia;
- 01 almoxarifado;
- 03 cômodos utilizados para o Bazar;
- 01 cômodo de armazenar doações;
- 01 cômodo para armários e troca de roupa de funcionários.

b) Recursos Materiais:

Bloco Técnico/Administrativo

Recepção:

- 04 cadeiras;
- 02 notebooks;
- 02 mesas;
- 02 armários;
- 01 aparelho de telefone;
- 01 impressora;
- 01 bebedouro;
- 01 Gaveteiro.

Sala de Reunião:

- 01 mesa;
- 08 cadeiras;
- 02 arquivos;
- 02 armários.

Sala da Coordenação:

- 02 mesas;
- 02 cadeiras;
- 01 gaveteiro;
- 01 notebook;
- 02 armários de arquivos;
- 01 computador servidor.

Sala do Financeiro:

- 01 gaveteiro;
- 01 computador;
- 01 mesa;
- 01 cadeira;

55
f

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

01 armário.

Sala Técnica 1:

01 arquivo;
02 notebooks;
02 mesas;
02 cadeiras;
01 sofá.

Sala Técnica 2:

01 arquivo;
01 gaveteiro;
02 notebooks;
02 mesas;
02 cadeiras;
01 armário suspenso;
01 sofá.

Sala de Arquivo:

02 armários pequenos de duas portas;
02 armários grandes de duas portas;
01 armário de uma porta;
01 armário sem porta;
03 prateleiras.

Playground:

01 carrossel;
01 gira-gira avulso;
02 mesas de Pebolim;
01 mesa de Ping Pong;
05 motocas.

Biblioteca:

01 Lousa escolar;
01 painel para TV;
06 Mesas para computadores;
01 Estante com Prateleiras com livros diversos;
10 cadeiras;
01 computadores;
04 notebooks;
02 videogames;
02 Televisão;

56
P

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

03 armários individuais;
02 prateleiras para jogos.

Cozinha / Despensa /Refeitório:

02 Geladeiras;
03 Freezers;
01 Fogão Industrial;
03 Fornos;
01 Exaustor;
01 Forno Microondas;
02 Liquidificadores;
01 Batedeira;
50 mesas de plástico;
200 cadeiras de plástico;
04 mesas grandes para refeições com os assentos anexados;
12 mesas de 4 lugares com 4 cadeiras anexas.

Lavanderia:

01 Máquina de Secar;
01 Máquina de Lavar;
01 Máquina de Centrifugar;
01 tanque;
02 Ferro de Passar;
01 mesa.

Bloco Residencial

CASA 1

SALA:

03 sofás;
01 painel para TV;
01 Televisão.

QUARTO 1:

03 beliches;
06 colchões de solteiro;
01 guarda-roupa planejado.

QUARTO 2:

03 beliches;
06 colchões de solteiro;
01 cômodas.

57
P

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

BANHEIRO 1:

01 lavatório;
01 sanitário;
01 chuveiro.

BANHEIRO 2:

01 lavatório;
01 sanitário;
01 chuveiro.

CORREDOR:

01 Armário planejado.

COZINHA:

01 armário;
01 mesa;
01 pia.

CASA 02

SALA:

01 painel para TV;
01 Televisão;
01 Cercadão;
02 Cercadinhos;
01 Aparelho de Oxigênio;
01 Sofás.

QUARTO 1:

05 Berços;
05 Colchões de berço;
01 Cômoda com 08 gavetas;
01 Cômodas com 03 gavetas;
03 Carrinhos de bebê;
04 Colinhos;
05 Cadeiras de refeição;

QUARTO 2:

05 Berços;

50
X

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

05 Colchões de berço;
01 armário planejado.

BANHEIRO 01:

01 Lavatório;
01 Trocador;
01 porta fraldas;
01 Sanitário;
01 Chuveiro;
01 Armário planejado.

BANHEIRO 02:

01 Lavatório;
01 Sanitário;
01 Chuveiro.

CORREDOR:

01 Armário planejado.

COZINHA:

01 Pia;
01 Mesa fixada na parede;
01 Armário;
02 Armários suspensos;
01 Geladeira;
01 Fogão;
02 Leiteiras;
01 Chaleira.

CASA 03 (adaptada)

SALA:

01 painel para TV;
01 Televisão;
03 Sofás.

QUARTO 1:

03 Beliches;
06 Colchões;
01 Armário planejado.

QUARTO 2 (adaptado):

59
30

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

03 Beliches;
06 Colchões;
01 Cômodas.
01 Armário.

BANHEIRO 01 (adaptado):

01 Lavatório;
01 Sanitário;
01 Chuveiro.

BANHEIRO 02:

01 Lavatório;
01 Sanitário;
01 Chuveiro.

CORREDOR:

01 Armário planejado.

COZINHA:

01 Pia;
01 Armário;
01 Geladeira;
01 Mesa.

CASA 04 (adaptada)

SALA:

01 painel para TV;
01 Televisão;
03 sofás.

QUARTO 1 (adaptado):

03 beliches;
06 colchões de solteiro;
01 armário;
01 cômoda.

QUARTO 2:

03 beliches;
06 colchões de solteiro;
02 cômodas.

60
*

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

BANHEIRO 01 (adaptado):

01 Lavatório;
01 Sanitário;
01 Chuveiro.

BANHEIRO 02:

01 Lavatório;
01 Sanitário;
01 Chuveiro.

CORREDOR:

01 Armário planejado.

COZINHA:

01 Pia;
01 Mesa;
01 Armário;
01 Geladeira.

Recursos materiais de consumo:

Alimentação em geral; Materiais de expediente e de escritório em geral; Materiais de limpeza em geral; Materiais socioeducativos, pedagógicos e lúdicos; Uniformes e EPIs em geral; Medicamentos prescritos por médicos, aos nossos acolhidos em geral; Cópias e encadernações em geral; Combustível – álcool/ gasolina; Cilindros de gás; Vestuário em geral; Roupas de cama, mesa e banho em geral.

c) Materiais Socioeducativos:

Materiais escolares, materiais pedagógicos, livros didáticos e outros, jogos educativos e brinquedos em geral.

d) **Veículo:** 01 automóvel de passeio modelo CHEV/SPIN 1.8L AT LT ADV / Placa GIY9F72.

61
4

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

e) Recursos Humanos

Equipe de Referência conforme NOB-RH/SUAS e Orientações Técnicas do Serviço

COORDENAÇÃO – 2 UNIDADES / EQUIPES								
Qtde	Cargo/Função	Escolaridade Formação	Vínculo	Carga Horária	Dias Horários	Salário em R\$	Fonte de Recurso	
							PMM	OSC
01	Coordenadora	Pós-Graduação Psicopedagogia	CLT	40hs	Seg. a Sexta 08h00 às 17h00	7.330,17	(X)	()
01	Auxiliar de Coordenação	Assistente Social	CLT	44hs	Seg. a Sexta 09h30 às 18h40	3.480,51	(X)	()

UNIDADE 2								
Qtde	Cargo/Função	Escolaridade Formação	Vínculo	Carga Horária	Dias Horários	Salário em R\$	Fonte do Recurso	
							PMM	OSC
01	Assistente Social	Superior Serviço Social	CLT	30hs	Seg. a Sexta 9h00 às 15h00 ou 12h às 18h00	3.353,90	(X)	()
01	Psicóloga	Mestrado Psicologia	CLT	30hs	Seg. a Sexta 9h00 às 15h00 ou 12h às 18h00	5.484,44	(X)	()
01	Pedagogo	Pedagogia	CLT	44hs	Seg. a Sexta 08h00 às 17h48	3.375,04	(X)	()
01	Aux. Administrativo	Superior Gestão Financeira	CLT	44hs	Seg. a Sexta 08h00 às 17h48	2.953,16	(X)	()
01	Profissional de Alimentação	Ensino Médio	CLT	24hs	Seg. a Sexta 08h00 às 17h00 Sábado 08h00 às 12h00	2.146,48	(X)	()
01	Profissional de Lavanderia/ Limpeza	Fundamental	CLT	44hs	Seg. a Sexta 08h00 às 17h00 Sábado 08h00 às 12h00	1.874,99	(X)	()
01	Educador (a) Social	Ensino Médio	CLT	44hs	Escala 12x36 06h as 18h ou 18h as 06h	2.162,93+ adicional noturno	(X)	()
02	Educador (a) Social	Ensino Médio	CLT	44hs	Escala 12x36 06h as 18h ou 18h as 06h	1.700,18+ adicional noturno	(X)	()
10	Educador (a) Social	Ensino Médio	CLT	44hs	Escala 12x36 06h as 18h ou 18h as 06h	1.972,09 + adicional noturno	(X)	()

62
P

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

UNIDADE 3

Qtde	Cargo/Função	Escolaridade Formação	Vínculo	Carga Horária	Dias Horários	Salário em R\$	Fonte de Recurso	
							PMM	OSC
01	Assistente Social	Superior Serviço Social	CLT	30 hs	Seg. a Sexta 9h00 às 15h00 ou 12h às 18h00	3.353,90	(X)	()
01	Psicóloga	Superior Psicologia	CLT	30 hs	Seg. a Sexta 9h00 às 15h00 ou 12h às 18h00	4.158,81	(X)	()
01	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio	CLT	44hs	Seg. a Sexta 08h00 às 17h48	1.700,18	(X)	()
01	Jovem Aprendiz: Auxiliar de Pedagogia/ Administrativo	Ensino Médio	CLT	30hs	Seg. a Sexta 12h às 18h	1.320,00	(X)	()
01	Profissional de Alimentação	Ensino Médio	CLT	44 hs	Seg. a Sexta 11h00 às 20h00 Sábado 12h00 às 16h00	2.146,48	(X)	()
01	Profissional de Lavanderia/ Limpeza	Ensino Fundamental	CLT	44 hs	Seg. a Sexta 08h00 às 17h00 Sábado 08h00 às 12h00	2.146,48	(X)	()
02	Educador (a) Social	Ensino Médio	CLT	44 hs	Escala 12x36 06h as 18h ou 18h as 06h	2.162,93+ adicional noturno	(X)	()
02	Educador (a) Social	Ensino Médio	CLT	44 hs	Escala 12x36 06h as 18h ou 18h as 06h	1.700,18+ adicional noturno	(X)	()
09	Educador (a) Social	Ensino Médio	CLT	44 hs	Escala 12x36 06h as 18h ou 18h as 06h	1972,09+ adicional noturno	(X)	()

Equipe de Voluntários da nossa instituição

	Vínculo/Função	Dias e Horários
1. Diretoria	Voluntários	De acordo com a disponibilidade
2. Arlete Martins e equipe	Voluntária/Bazar	Terças-feiras das 9h às 16h
3. Margareth Grecco	Voluntária	De acordo com a disponibilidade
4. Juliana Okabayashi e equipe	Voluntária/Eventos	Uma vez ao Mês
5. Dulce Aimet	Voluntária/ Professora de Espanhol	Sextas-feiras das 16h30 às 17h30
6. Glauco Leite e equipe	Voluntário/ Eventos e outros	De acordo com a disponibilidade

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

10. Ações Essenciais ao Serviço:

- Acolhida/Recepção;
- Escuta qualificada;
- Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social;
- Estudo social;
- Apoio à família na sua função protetiva;
- Cuidados pessoais;
- Orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade;
- Construção de Plano Individual de Atendimento (PIA);
- Orientação sociofamiliar;
- Protocolos;
- Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados;
- Referência e contrarreferência;
- Elaboração de relatórios e/ou prontuários;
- Trabalho interdisciplinar;
- Diagnóstico socioeconômico;
- Informação, comunicação e defesa de direitos;
- Orientação para acesso à documentação pessoal;
- Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana;
- Inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o trabalho;
- Estímulo ao convívio familiar, grupal e social;
- Mobilização, identificação da família extensa ou ampliada;
- Mobilização para o exercício da cidadania;
- Articulação da rede de serviços socioassistenciais;
- Articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos;
- Articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos;
- Monitoramento e avaliação do serviço;
- Organização de banco de dados e informações sobre o serviço, organizações governamentais e não governamentais e o sistema de garantia de direitos.

11. AQUISIÇÕES DOS USUÁRIOS

Segurança de Acolhida:

- Ser acolhido em condições de dignidade;
- Ter sua identidade, integridade e história de vidas preservadas;
- Ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto à higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
- Ter acesso à alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptados a necessidades específicas;
- Ter acesso à ambiência acolhedora e espaços reservados à manutenção da privacidade do (a) usuário (a) e guarda de pertences pessoais.
- Ter ambiente e condições favoráveis ao processo de desenvolvimento peculiar da criança e do adolescente.

64
P

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

Segurança de Convívio Familiar, Comunitário e Social:

- Ter acesso a benefícios, programas, outros serviços socioassistenciais e demais serviços públicos;
- Ter assegurado o convívio familiar, comunitário e/ou social.

Segurança de Desenvolvimento da Autonomia:

- Ter endereço institucional para utilização como referência;
- Ter vivências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;
- Ter acesso a atividades, segundo suas necessidades, Interesses e possibilidades;
- Ter acompanhamento que possibilite o desenvolvimento de habilidades de auto-gestão, autossustentação e independência;
- Ter respeitados os seus direitos de opinião e decisão;
- Ter acesso a espaços próprios e personalizados;
- Ter acesso à documentação civil;
- Obter orientações e informações sobre o serviço, direitos e como acessá-los;
- Ser ouvido e expressar necessidades, interesses e possibilidades;
- Desenvolver capacidades para autocuidado, construir projetos de vida e alcançar a autonomia;
- Ter ampliada a capacidade protetiva da família e a superação de suas dificuldades;
- Ser preparado para o desligamento do serviço;
- Avaliar o serviço.
- Garantir colocação em família substituta, sempre que houver a impossibilidade do restabelecimento e/ou a preservação de vínculos com a família de origem.

12. CONDIÇÕES E FORMAS DE ACESSO

a) **Condições:** Crianças e adolescentes encaminhadas pela Vara da Infância e Juventude e excepcionalmente pelo Conselho Tutelar como medida de proteção.

b) Formas de acesso:

- Por determinação do Poder Judiciário;
- Por requisição do Conselho Tutelar. Neste caso, a autoridade competente será comunicada, conforme previsto no Artigo 93 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

13. FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO

Ininterrupto (24 horas)

14. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Município de Mauá

15. ARTICULAÇÃO EM REDE

- Serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;

65
P

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

- Serviços de políticas públicas setoriais como: saúde (em especial, programas e serviços de reabilitação), cultura, esporte, trabalho, meio ambiente e outros conforme necessidades;
- Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- Serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias.

16. IMPACTO SOCIAL ESPERADO

CONTRIBUIR PARA:

- Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência; Indivíduos e famílias protegidas;
- Construção da autonomia;
- Indivíduos e famílias incluídas em serviços e com acessos a oportunidades;
- Rompimento do ciclo de violência doméstica e familiar.

17. REGULAMENTAÇÕES E REFERÊNCIAS

- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 (Reimpressão 2014).
- NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – Resolução CNAS nº 269 de 13 de dezembro de 2006.
- Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011.
- Resolução CNAS nº 09, de 15 de abril de 2014.
- Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 01, de 18 de junho de 2009).
- Orientações Técnicas para Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento (MDS/2018).
- Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

18. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – EM REAIS (R\$)

CONCEDENTE: PMM - Secretaria de Assistência Social

VALOR GLOBAL ANUAL: R\$ 2.200.167,64

Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06
166.204,30	164.724,65	174.878,82	175.901,39	174.756,81	174.812,43
Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
177.010,11	176.074,62	176.304,49	173.511,80	232.483,69	233.504,53

19. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA PARCERIA

NATUREZA DAS DESPESAS	VALORES EM R\$
1. Recursos Humanos	1.876.167,64
2. Material de Consumo	168.000,00
3. Serviços de Terceiros / Pessoa Física	----
4. Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica	156.000,00
TOTAL / VALOR GLOBAL ANUAL:	2.200.167,64

LAR SOL DA ESPERANÇA

Decreto de Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 1826- CNPJ 50.133.354 / 0001 - 82

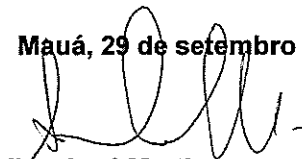
20. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à Prefeitura do Município de Mauá, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste Plano de Trabalho.

PEDE DEFERIMENTO.

Mauá, 29 de setembro de 2023.


Ruth Willna Ferreira de Lemos
CRP 06/101155 – Psicóloga
Responsável Técnica


Aquilés José Martins
Presidente



LAR SOL DA ESPERANÇA

ANEXO II-B

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO 2024 - EM REAIS (R\$)

NATUREZA DA DESPESA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
01 - RECURSOS HUMANOS													
Salários, Horas Extras, Adicional Noturno, Salário Família, Auxílio Alimentação, Auxílio Creche, Vale Transporte, Dissídio, Rescisão Contratual, Férias, 13º Salário, Contribuição Sindical, Contribuição Assistencial	R\$ 116.484,24	R\$ 115.494,72	R\$ 122.903,43	R\$ 123.423,96	R\$ 122.912,46	R\$ 123.393,10	R\$ 124.223,50	R\$ 123.608,55	R\$ 123.669,79	R\$ 121.881,71	R\$ 176.081,76	R\$ 164.523,70	R\$ 1.558.600,92
Encargos (FGTS/INSS/PIS/IRRF)	R\$ 22.720,06	R\$ 22.229,93	R\$ 24.975,39	R\$ 25.477,43	R\$ 24.844,35	R\$ 24.419,33	R\$ 25.786,61	R\$ 25.466,07	R\$ 25.634,70	R\$ 24.630,09	R\$ 29.401,93	R\$ 41.980,83	R\$ 317.566,72
SUBTOTAL 01	R\$ 139.204,30	R\$ 137.724,65	R\$ 147.878,82	R\$ 148.901,39	R\$ 147.756,81	R\$ 147.812,43	R\$ 150.010,11	R\$ 149.074,62	R\$ 149.304,49	R\$ 146.511,80	R\$ 205.483,69	R\$ 206.504,53	R\$ 1.876.167,64
02 - MATERIAL DE CONSUMO/ BENS PERMANENTES													
Material: Socioeducativo/ Pedagógico e Lúdico, de Expediente e de Eseritório; Material/ Equipamentos de Higiene, Limpeza e EPIs em geral; Uniformes para os Funcionários; Vestimentas para os Acolhidos; Roupas de cama, mesa e banho; Alimentação; Água Mineral; Gás de Cozinha (botijão), Combustível, Equipamentos e Materiais para aquisição, reparos e/ou reformas (de construção, vidros, janelas, portão, portas, colchões, eletrodomésticos ou industriais, de informática, móveis em geral, etc.) e de saúde (medicamentos, termômetros, oxímetros, medidor de pressão, etc.), inclusive considerando os danificados pelos acolhidos. Mediante aprovação do Departamento de Convênios.	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 168.000,00
SUBTOTAL 02	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 168.000,00
03 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA													
Profissionais Autônomos (RPA)													
Encargos													
SUBTOTAL 03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA													
Água e Esgoto, Energia Elétrica, Telefone, Gás Envasado, Cópias, Recarga de Cartucho/Fone, Internet, MEI/EI, Serviços de Capacitações, Acessórias, Consultorias e Treinamentos, Serviços Especializados em Reparos/Reformas, Serviços de Transportes em geral (através de spp, de pequeno e grande porte, veículos de cargas, etc), Serviços Especializados em Desinfecção e Sanitização, Serviço de Confecção e Montagem de Móveis e outros equipamentos, Locações de Equipamentos em Geral, Locação de Veículos e Manutenções em Geral (de rede, de móveis, de equipamentos diversos, de informática, de eletrodomésticos e/ou industrial, de veículos, e etc). Mediante aprovação do Departamento de Convênios.	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 156.000,00
SUBTOTAL 04	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 156.000,00
TOTAL GERAL (01+02+03+04)	R\$ 166.204,30	R\$ 164.724,65	R\$ 174.878,82	R\$ 175.901,39	R\$ 174.756,81	R\$ 174.812,43	R\$ 177.010,11	R\$ 176.074,62	R\$ 176.304,49	R\$ 173.511,80	R\$ 232.483,69	R\$ 233.504,53	R\$ 2.200.167,64

* Todos os valores desta tabela estão sujeitos a remanejamentos conforme acordado previamente

Mauá, 29 de Setembro de 2023

AQUILES JOSÉ MARTINS - PRESIDENTE

80
12